

UM PROGRAMA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO. FONTES E TENDÊNCIAS

Maria Yedda Linhares*

Este artigo limita-se ao seu título. Não pretende dar conta da produção historiográfica no Brasil, restringindo-se às atividades que se vêm desenvolvendo no Rio de Janeiro, nos últimos vinte anos. Encaramos essa atividade como uma iniciativa renovadora bem sucedida e já em caráter permanente, levando-se em conta os resultados em trabalhos publicados e premiados, além da continuidade da linha de pesquisa em outras universidades (em Minas Gerais, por exemplo) e a multiplicação de pesquisadores, como uma terceira geração. Neste momento limitamo-nos a fazer uma primeira avaliação parcial.

Verificamos, para começar, que o interesse pela história do agro não tem sido proporcional ao peso que teve a agricultura como principal elemento formador da sociedade brasileira. Verdade é que, ao considerarmos os 500 anos de seu *descobrimento*, a existência de uma *colônia* portuguesa nestas terras da América dificilmente seria registrada antes da segunda metade do século XVII, com o fim do domínio espanhol, ou seja, a partir da dinastia Bragança e a subsequente expulsão dos holandeses do Nordeste.

Foi no final do século que se fez sentir o pulso de uma metrópole: diretrizes de povoamento, práticas administrativas consistentes, intenção concreta de apossamento da terra e a obtenção de recursos fundamentais para a própria sobrevivência do Reino. Daí, as guerras que asseguraram o domínio luso: a expulsão dos holandeses, o extermínio das tribos cariri e caetê que povoavam extensas faixas do sertão nordestino e a extinção de quilombos, redutos de escravos fugidos, entre os quais o mais célebre, o de Palmares que imortalizou

* Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Zumbi, seu último comandante e defensor. Ao findar o século, estava aberto o espaço para a instalação das fazendas de gado naqueles sertões. Também, o simples acaso não explicaria o avanço sobre as terras de mineração —ouro e diamantes— no imenso planalto das Minas, cujo apogeu se verificou entre 1720 e 1780.

Nessas condições, o que normalmente se intitula de história do período colonial, na prática, reduz-se a um século e meio, aproximadamente, de presença concreta dos portugueses no processo de gerar núcleos de povoamento e de extração de riquezas, fossem eles açúcar, metais preciosos, produtos de extração das florestas da Amazônia —as drogas do sertão—, tabaco, couros. No primeiro meio século, foi lento o povoamento, até assumir consideráveis proporções para a época, um *gold rush* em direção às Minas, já ao longo do século XVII. Antes disso, a população não ultrapassava os 300 000 habitantes, sendo Salvador da Bahia a maior cidade da colônia, com cerca de 40 000 habitantes. Ao ter início o movimento de independência, na terceira década do século XIX, o país já tinha 4 000 000 de habitantes, dos quais uma terça parte era composta de negros escravos. Decorrido pouco mais de meio século, a população brasileira, livre, atingia os 14 000 000.

Ao longo desse processo e chegando ao século XX —até 1920-1930—, o conhecimento do país foi produzido segundo a perspectiva de suas elites agrárias, escravistas ao longo do período, embora na sua parte final já se auto denominando de *republicanas*, de acordo com o modelo político de Estado adotado em 1889. A ruptura de 1930, a que chamamos de Revolução de 30, com o advento de outros segmentos sociais, econômicos e ideológicos, porta-vozes da mudança em meio à crise do capitalismo em plano mundial, deu o sinal para o início de um novo momento de repensar o país, sua história, seus elementos formadores.

Não foi, pois, sem propósito que os grandes livros que reinventaram o Brasil, a partir desse momento, tivessem um sentido de denúncia: Gilberto Freyre (*Casa grande e senzala*, 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936), Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo —a colônia*, 1942), *Coronelismo, enxada e voto* e *Geografia da fome*, respectivamente de Víctor Nunes Leal e Josué de Castro, ambos de 1947. Todos eles voltaram-se para detectar na realidade das oligarquias agrárias a tara do passado e a explicação dos males que afligiam aqueles anos desejosos de mudança.

Desse momento em diante —momento internacional da *guerra fria*— foi intenso o debate político sobre as estruturas sócio-econômicas brasileiras, enquanto persistia, nos livros didáticos e na *grande história* de divulgação para o público leigo, a visão de uma história do Brasil “*événementielle*”, historizante, pontual e episódica, feita para embalar consciências comprometidas com o país do latifúndio, do atraso, da desigualdade e do trabalho compulsório disfarçado por mecanismos não-econômicos de exploração. Daí o caráter eminente-

mente politizado que presidiu, em boa parte, a produção historiográfica dos anos cinquenta e sessenta, até a sua extinção já ao ter início a década dos setenta.

Dessa fase, destacamos duas contribuições que tiveram vida acadêmica longa: *Formação econômica do Brasil*, do economista Celso Furtado (1959) e *Da senzala à colônia*, de Emilia Viotti da Costa (1966), então professora da Universidade de São Paulo (USP). O primeiro desenvolveu a noção de modelo ao analisar a economia escravista do açúcar, a sociedade escravista do ouro e a do café já no século XIX no vale do Paraíba, como economias voltadas para fora, dependentes de conjunturas internacionais. A partir do impasse estrutural —inevitável—, a ruptura do modelo se daria com a instalação de outro modelo, a industrialização induzida. Keynes ainda imperava.

Em ambos os casos, em que pese a importância dos dois livros, eles foram elaborados, o de Viotti a partir de fontes amplas e numerosas de caráter oficial, tais como relatórios de administrações diversas, memórias, discursos parlamentares, para descrever a escravidão na região cafeeira paulista, e o de Furtado, como uma brilhante síntese, plena de sugestões, de uma pequena e seleta bibliografia de cunho histórico.

A década de setenta já começa a ostentar uma produção crescente na área da agricultura, onde estão presentes economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores. Em 1973, o antropólogo Otávio G. Velho, defendia sua tese de doutorado em Manchester, na Inglaterra, fazendo um estudo comparativo do capitalismo brasileiro a partir da fronteira em movimento.¹ Em Paris, sob a iniciativa de Frédéric Mauro, foi realizado em 1971, na Sorbonne, um colóquio especial sobre as pesquisas brasileiras no âmbito da história quantitativa.² Na Bahia, Katia Mattoso desenvolvia um trabalho pioneiro fundado em documentação extensa e seriada, de cunho econômico, social e demográfico. Sua exploração sistemática de documentos notariais (testamentos, escrituras, inventários) fez escola e foi fundamental não somente para o estudo de fortunas e das hierarquias sociais como também trouxeram uma contribuição sólida para o estudo da produção e do comércio de abastecimento (mercados internos).³ Desse momento em diante, começava a se fortalecer a convicção de que a busca de fontes não-oficiais seria fundamental para diversificar as interpretações da história brasileira e enriquecer as possibilidades de gerar novos campos de pesquisas.

Foi, ainda, nessa década que se desenvolveu no plano nacional uma discussão bastante extensa sobre modos de produção, com Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender e Antônio de Barros Castro. Nesse mesmo momento, as universidades brasileiras atravessavam uma fase de expansão, dando início aos cur-

¹ Otávio G. Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato*, Difel, São Paulo, 1976.

² CNRS, *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*, Paris, 1973.

³ Katia de Queiroz Mattoso, *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no séc. XIX*, São Paulo, Hucitec, 1978.

sos de pós-graduação, mestrado e doutorado. A partir daí, a pesquisa em nível universitário começou a receber incentivos das agências governamentais de financiamento. Expandia-se o interesse pela renovação dos conhecimentos, conduzindo à revisão dos fundamentos científicos sobre os quais se assentavam esquemas e interpretações até então vigorantes.

O PROGRAMA HISTÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS

No bojo desse novo interesse, cria-se na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), voltado para a preparação de técnicos na área agrícola, provenientes de diferentes Estados da Federação capazes de atuar com eficiência nas tarefas de planejamento agrícola. Para estender a atuação do CPDA à área universitária foi criado como núcleo do mestrado o Programa História da Agricultura Brasileira.

Cabia-lhe atrair historiadores pesquisadores em geral para uma reformulação de conceitos temáticas e revisão teórica. O Brasil dera naqueles anos, anteriores, um salto no sentido do desenvolvimento capitalista. Cumpria gerar uma massa crítica capaz de conduzir, na esperança pouco provável de torná-lo abrangente e não —excludente— dos contingentes históricos historicamente marginalizados. Tornase compreensível a atenção dada aos estudos das estruturas econômicas e sociais que apontavam para uma altíssima concentração da propriedade da terra, para a pauperização do trabalhador rural, e a profunda desigualdade, a marca registrada dessas estruturas. Por outro lado o desenvolvimento capitalista pode fazer-se sem uma correspondente reforma agrária embora ocasionando um movimento inverso: a migração para as cidades de populações provenientes do campo, vítimas do processo concentrador, pauperizadas e miseráveis.

A partir de 1997, a pesquisa em história da agricultura teve um grande impulso. Desenvolveu em escala nacional um projeto de levantamento de fontes nos arquivos oficiais (centralizados) e, paralelamente, por interesse dos mestrados, no nível local, ou seja, fontes documentais das atividades administrativas municipais. Desde o início, em seminário nacional, com participação de uma centena de pesquisadores em economia, sociologia, história, filosofia, propunha-se a fazer um extenso levantamento de fontes com o objetivo de suscitar questões e novas abordagens temáticas e metodológicas. Fugia-se dos enfoques tradicionais predominantes.⁴

Propúnhamos na inspiração de Ernest Labrousse, sistematizar a utilização de documentos cartorários/judiciários, eleitorais (séc. XIX, de natureza paroquial

⁴ Ver texto apresentado por Maria Yedda Linhares, *A pesquisa em história da agricultura no Brasil — questões de métodos e de fontes*, FGV, Rio de Janeiro, dezembro 1976, republicado de forma ampliada em Maria Yedda Linhares e Francisco C. T. Silva, *História da agricultura brasileira— Debates e controvérsias*, Civilização Brasileira, São Paulo, 1981.

e municipal), demográficos e fiscais, localizáveis em todas as cidades do país, para o estudo de problemas da história da agricultura, relativos aos sistemas de trabalho, o uso da terra, a produção de alimentos, a estrutura ocupacional, as aventuras e desventuras do cotidiano, as mentalidades, os conflitos. Tratava-se de esmiuçar papéis em igrejas, cemitérios, cartórios, em busca de dados abundantes sobre trabalho, maneiras de enriquecer e empobrecer, de mandar, obedecer e revoltar-se. Era preciso conhecer melhor o país do latifúndio e suas reais dimensões, saber como se chegava à terra, quem trabalhava, como trabalhava. Propúnhamos um aproximação com a já bem testada metodologia francesa, embora estivéssemos voltados para problemáticas diversas daquelas do “Ancien Régime” de Labrousse, Goubert, Meuvret. Passávamos em revista as variadas correntes da história quantitativa e serial, francesa e norte americana, e enfrentávamos a tarefa de pesquisar com números concretos, sem o charme das grandes sínteses conclusivas “au préalable”.

PROBLEMAS DE MÉTODOS E DE FONTES

As sondagens realizadas no nível municipal revelaram-se estimulantes e indicavam que o progresso do programa teria que passar pela análise regional. Elegia-se a região como *locus* privilegiado de observação, problematização e análise, não como um recorte geográfico determinado por características físicas, mas pelo passado vivido que se prolonga no presente, deixando suas marcas.⁵

Os grupos de pesquisadores se ampliaram pelo norte e Nordeste do país. Um segundo fator contribuiu para reforçar o interesse pela agricultura brasileira. O CPDA transferiu-se no início dos anos oitenta da FGV para a Universidade Rural, enquanto as duas outras universidades federais sediadas no Rio de Janeiro (a Federal Fluminense, UFF, e a Federal do Rio de Janeiro, UFRJ) reintegravam seus professores anistiados pela ditadura moribunda. Ambas incorporaram em suas pós-graduações a história agrária. A Fluminense tinha o privilégio de receber Ciro Flamarion Cardoso, que regressava do México. À sua linha de pesquisa sobre escravidão juntava-se a nossa *história da agricultura*, logo se incorporando o historiador-demógrafo norte-americano Robert Slenes, especialista no estudo da família escrava. Em 1982, a UFRJ, em fase de recuperação do seu departamento de história, demonstrava interesse semelhante.

Vinte anos depois, uma centena de dissertações e teses foram aprovadas no Rio de Janeiro em suas três universidades dedicadas à temática, demonstrando

⁵ Ver número especial da Revista Estudos Históricos, *Historia e Região*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, núm. 15, 1995, Rio de Janeiro; Francisco C. T. da Silva e M. Y. Linhares, “Região e História”, *idem*. pp. 17-26. Para uma abordagem regional ampla, ver Paulo Afonso Zarth, *História agrária do planalto gaúcho, 1850-1920*, Ed. Unijuí, Ijuí-RS, 1997.

competência e capacidade de trabalho. Ainda está por ser feito um estudo amplo sobre o conjunto desses trabalhos, um balanço que venha a incluir a terceira geração do conjunto do Brasil.

Em virtude da abrangência geográfica e procedência do corpo discente, a temática agrária caracterizou-se pela variedade de enfoques e inventividade do pesquisador na utilização das fontes. Dois exemplos merecem referência especial: o de Heloísa Serzedelo ao analisar a procedência da mão-de-obra na primeira fase da industrialização de Nova Friburgo, RJ, final do século XIX, e o de João Fragoso ao utilizar contas de tutela dos Ofícios de Órfãos e Sucessões, na ausência de contabilidades da empresa cafeeira no município de Paraíba do Sul, RJ. No primeiro caso, a autora, contrariamente à hipótese que formulara, comprovou que o operariado era procedente de vários municípios fluminenses, sem ligação com a imigração alemã e suíça nem com a liberação da mão-de-obra escrava regional no pós-escravidão.⁶ No segundo caso, João Fragoso utiliza o aporte teórico de Ester Boserup para analisar a mudança dos sistemas de uso da terra e comprova pelas práticas adotadas o desaparecimento da floresta e o infalível empobrecimento do cafeicultor antes mesmo de findar a segunda geração. Para Fragoso, a decadência da região no pós-escravidão já estava inscrita no sistema de uso da terra que predominara no seu apogeu.⁷

A sociedade brasileira estava muito distante do Antigo Regime francês com sua monarquia centralizada e seus hábeis intendentess; sua administração lenta e precária, bem como os documentos por ela gerados, não primaram pela eficiência nem pela precisão. Aqui não há nada que se assemelhe às “mercuriales” usadas por Labrousse no estudo dos preços franceses no século XVIII; os registros paroquiais são incompletos, nem existem contabilidades que serviram a Hamilton para os preços do século XVI. Os impostos diretos, quando registrados, são fragmentários e pouco úteis. As Câmaras Municipais, com seus almotacés, estavam distantes em organização e legados arquivísticos às do império espanhol.

Apesar de tantas falências documentais, é inegável a possibilidade de aprofundar a análise dessa sociedade em lenta gestação. O nosso pesquisador aprende rapidamente a penetrar no aparente silêncio das fontes, na imprecisão dos limites geográficos dos documentos relativos à posse e ao uso da terra: Cartas de Sesmarias e declarações do intitulado Registro Paroquial de Terras do meado dos anos cinquenta do século XIX são documentos bastante expressivos e de difícil análise. Da mesma forma, a inexistência de um cadastro da propriedade fundiária antes dos anos setenta deste nosso século, além das tentativas frustradas ao longo da história de tratar a terra como uma mercadoria, que paga impostos, que pode ser confiscada, que pode ser penhorada, constituem óbices para o pes-

⁶ Heloísa Beatriz Serzedelo Correia, “Nova Friburgo: o nascimento da indústria, 1890-1930”, dissertação de mestrado, UFF, 1985.

⁷ João Luiz Ribeiro Fragoso, “Sistemas agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não-capitalistas de produção, 1850-1920”, dissertação de mestrado, UFRJ, 1983.

quisador, mas confirmam o caráter monopolista do acesso à terra no Brasil por parte das oligarquias agrárias.

ARQUIVOS CENTRALIZADOS E ARQUIVOS MUNICIPAIS

No Brasil registramos a existência de arquivos localizados nas capitais dos estados da federação, os quais centralizam a documentação de caráter administrativo e político produzida pelo poder público ao longo dos séculos. Em alguns casos, conseguiram concentrar a documentação proveniente dos municípios do interior, como ocorreu com os Registros Paroquiais de Terras (1853-1856) originários das paróquias e com as Listas de Inscrição de Votantes anteriores a 1881, bastante significativas para o conhecimento do universo profissional do século XIX. As listas de 1876 são bastante completas pela inclusão de rendimentos atribuídos aos votantes, por parte dos inspetores de Quarteirão. Essas fontes foram amplamente utilizadas pelos pesquisadores voltados para o século XIX.⁸

Quanto aos Registros Paroquiais de Terras, embora não tendo sido utilizados para realização de um cadastro da propriedade rural, como se pretendia, são, no entanto, importantes como ponto de partida para o estudo da estrutura fundiária. Nas regiões fluminenses do Vale do Paraíba, RJ, é quase obrigatório o seu uso para o meado do século XIX, momento em que se alargava a cultura do café.⁹

Tais registros, mesmo incompletos, são de fácil localização nos arquivos estaduais situados nas capitais.

No momento, o país passa por uma fase de recuperação da memória com tentativas bem sucedidas de assegurar a guarda da documentação histórica. O

⁸ Maria, Yedda Linhares, "As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, núm. 48, janeiro de 1979. 121-153, publicado inicialmente em *Caravelle* da Universidade de Toulouse, França; trata-se de documentação seriada rica em dados, ponto de partida para a realização de uma classificação profissional, depositada nos arquivos das Câmaras Municipais. Lembramos que nessa fase o universo de votantes —eleitores de primeiro grau— era muito amplo, podendo inscrever-se analfabetos, contanto que tivessem uma profissão. Têm sido utilizadas para zonas rurais e urbanas. Ver, também, Francisco Carlos T. Silva na sua dissertação de mestrado "*Lavradores e criadores na formação social da miséria*", UFF, 1981, um estudo sobre Porto da Folha, no Baixo São Francisco, em Sergipe, séculos XVIII e XIX, utilizou-se amplamente dessas listas de votantes, com resultados muito satisfatórios.

⁹ Uma das primeiras pesquisadoras a utilizar essa fonte foi Celia Maria Loureiro Muniz, "Os donos da terra", dissertação de mestrado, UFF, 1979. Daí em diante, ao longo dos anos 80, tornou-se referência inicial para trabalhos do mesmo teor, como os de Hebe Maria Mattos Castro sobre Capivari, RJ, um estudo inteligente sobre a pobreza rural e suas implicações, publicada sob o título *Ao sul da história -lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, Brasiliense, São Paulo, 1987; e, ainda, Sheila Siqueira de Castro Faria, "Terra e trabalho em campos de goitacazes", dissertação de mestrado, UFF, 1986. Trata-se de uma região no Baixo Paraíba de produção açucareira e de povoamento anterior a da região cafeeira.

Arquivo Público da Bahia, em Salvador, foi pioneiro nesse esforço de centralizar a documentação, inclusive aquela proveniente dos cartórios, que se vem revelando fundamental para o historiador da sociedade brasileira: inventários *post-mortem*, testamentos, escrituras diversas de propriedade imóvel e de escravos, diferentes registros com respeito à propriedade, processos de natureza cível e criminal. No Rio de Janeiro, durante dois séculos capital do país, localiza-se o Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, passagem obrigatória do historiador de qualquer região do Brasil.

Quanto aos arquivos municipais, eles se tornam extremamente importantes nas regiões de colonização européia no século XIX e parte do XX. São os guardiões da memória da colonização nos estados do sul, com destaque muito especial para o arquivo municipal de Caxias do Sul. Na grande maioria dos casos, a pesquisa com base regional depende, além dos cartórios e das Câmaras, da memória de particulares, da Santa Casa de Misericórdia, de jornais, de registros escolares, como um novelo de lã que se desenrola na medida em que se acumulam e se esclarecem as informações, a partir de hipóteses claras e bem formuladas.

MUDOU O CONHECIMENTO DO BRASIL?

Destacaremos nesta parte final do artigo, temas e autores que se têm destacado profissionalmente como pesquisadores e professores na universidade brasileira, a partir da ampla experiência adquirida na área de pesquisa de que tratamos. Agora, com seus alunos, estão preparando a terceira geração de pesquisadores, baseados numa história agrária que se renova.

1) Grande parte dos trabalhos realizados ao longo do período centrou a atenção na existência de mercados internos na colônia. Direta ou indiretamente, buscava-se com dados concretos e numerosos a existência de um sistema produtivo destinado ao consumo interno. Daí, a preocupação com a “brecha camponesa” dentro do sistema escravista, o que significava ver no escravo um proto-campesinato.¹⁰

A preocupação com a demografia escrava conduziu o desenvolvimento de estudos sobre a família escrava, cuja existência foi praticamente ignorada ou negada pela historiografia. O seu desenvolvimento recente deve-se, em parte, à influência de Robert Slenes, da Universidade de Campinas, sobre pesquisadores do Rio de Janeiro. Consideramos essa linha de preocupação um desdobra-

¹⁰ Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, “Vila do Príncipe, sertão do Seridó -um estudo de caso da pobreza, 1850-1890”, dissertação de mestrado, UFF, 1985, onde a autora detecta a existência de um pequeno produtor pobre, sem terra e dono de uns poucos escravos miseráveis; Márcia Maria Mendes Motta, *Pelas Bandas d’Além -fronteira fechada e arrendatários escravistas numa região policultora*, UFF, 1989.

mento da noção do proto-campesinato escravista que não se concretizou no desenvolvimento de um campesinato pleno no pós-escravidão. Em síntese, os ex-proprietários de escravos das velhas regiões cafeeiras continuaram donos da terra, mesmo empobrecidos e decadentes, excluindo, assim, os libertos do acesso à propriedade.¹¹

A questão do mercado interno ligava-se à produção de alimentos bem como à gestação da extensa e progressiva área de criação de gado —os sertões da pecuária. Estudos mais recentes vêm revelando esse tipo peculiar de ocupação da terra como um sistema agrário próprio.¹² Francisco Carlos Teixeira da Silva construiu como centro de sua pesquisa a análise da produção de alimentos e das crises de fome e reconstituiu sistemas agrários precisos para produtos diferentes (mandioca e tabaco, por ex.) no interior da Bahia para o século XVIII. Além disso, desenvolveu um sistema agrário específico para a pecuária sertaneja.

2) Através dos trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino foi atacada de frente a veneranda tese de Caio Prado Júnior: o sistema colonial e o sentido da colonização como partes de um capitalismo comercial em expansão. Tal contestação foi publicada em revista de nível nacional pondo em dúvida o conjunto do esquema que se fundava na dependência externa e no trabalho escravo, como elemento motor do comércio atlântico. Nem as discussões da década de setenta sobre escravismo colonial abalaram tanto as bases da explicação dependentista.¹³ Nesses trabalhos seus autores contestam interpretações existentes e popularizadas de longa data, em parte pautadas em esquemas lógicos, sem pesquisas de base. Fragoso aponta para a economia que vai muito além da *plantation*, como ele mesmo diz, verdadeiro mosaico de formas não capitalistas de produção como uma formação econômica e social. Fragoso parte para uma discussão sobre a acumulação endógena (processo de reprodução econômica no interior do espaço colonial). Florentino leva mais adiante a história do tráfico atlântico —esse estranho mercado de homens!— como um importante setor de acumu-

¹¹ Sheila Siqueira de Castro Faria, “A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (século XVIII)”, tese de doutorado, 1994, em fase de publicação pela Ed. Nova Fronteira; Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas, famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850, spl.*

¹² Francisco Carlos Teixeira da Silva, “A morfologia da escassez”, tese de doutoramento, UFF, 1990, e, ainda, do mesmo autor, o capítulo I, “Conquista e colonização da América portuguesa —O Brasil colônia— 1500-1750”, in Maria Yedda Linhares (org), *História Geral do Brasil*, Ed. Campus, 6a. ed. atualizada, Rio de Janeiro, 1996.

¹³ João L. R. Fragoso, “Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial, Rio de Janeiro, 1700-1888”, tese de doutorado, UFF, 1990, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Ministério da Justiça, publicada em 1992 com o título *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro —1790-1830*; Manolo Garcia Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro —séculos XVIII e XIX*, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995, republicada pela Companhia das Letras, São Paulo, 1996; J. L. R. Fragoso e M. G. Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*, Diadorim, Rio de Janeiro, 1993.

lação endógena. Fontes? Inumeráveis: movimento do porto e de tropeiros, inventários *post-mortem*, escrituras públicas, etc., etc., etc.

3) Sobre a sociedade aqui gerada, ricos são os temas e os trabalhos. Celeste Zenha analisa com sensibilidade o controle político e social por parte dos mais abastados de uma comunidade rural, nos processos penais e através de delitos que envolvem o amor, a riqueza e o trabalho. Hebe Castro, na tese de doutorado que ela intitulou “Os significados da liberdade”, ao focalizar a escravidão na sua parte final, quando se generaliza o silêncio sobre a cor, já parte da ideologia do branqueamento imposta de cima para baixo. O cotidiano da escravidão, a ambigüidade dos conceitos de cor, a violência implícita do sistema escravista são belamente e, por vezes, poeticamente, tratados por nossa historiadora, onde se percebe aspectos dessa sociedade jamais sonhados por Gilberto Freyre.¹⁴

Em conclusão, podemos responder: o conhecimento do passado do Brasil mudou, diversificou-se, perdeu algumas de suas crenças e de suas bases ideológicas. Hoje podemos dizer com segurança que nossos males foram gerados aqui mesmo, que nossas elites têm sido tão responsáveis quanto a *burguesia* metropolitana na elaboração dos sistemas de exploração baseados na desigualdade socialmente construída.

¹⁴ Celeste Zenha, “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”, dissertação de mestrado, UFF, 1984; Hebe M. Mattos Castro, “A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX”, Prêmio Nacional de Pesquisa, tese de doutorado, UFF, 1993, publicada com o título *Das cores do silêncio*, Arquivo Nacional, 1995.